



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 185 – Dezembro/2020

**Efeito da Covid-19 sobre a frequência
escolar no Ceará**

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário (respondendo)

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº 185 – Dezembro/2020

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Luciana de Oliveira Rodrigues (Assessora Técnica)

Victor Hugo de Oliveira Silva (Analista de Políticas Públicas)

Colaboração:

João Bosco Gurgel Filho (Estagiário)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambéba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br>

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2020

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2020

ISSN: 2594-8717

1. Covid19. 2. Educação. 3. Frequência escolar. 4. Atividades escolares. 5. Ceará.

Nesta Edição

O presente estudo tem como objetivo analisar os resultados da PNAD Covid19 sobre os indicadores educacionais no Ceará, em relação ao Brasil e ao Nordeste.

Em relação à frequência escolar, houve um aumento do percentual de pessoas de 6 a 29 anos de idade que estavam frequentando alguma instituição de ensino entre os meses de julho e setembro, no Brasil, Nordeste e Ceará. A maior frequência é entre a população de 10 a 14 anos de idade, em setembro, 96,6% dessa população estavam na escola. Por faixa de rendimentos domiciliar per capita, aqueles que residem em domicílios com rendimentos superior a 4 salários mínimos são os que possuem maior taxa de frequência escolar, mas notou-se que aqueles que residem em domicílios com menores rendimentos (menos de ½ salário mínimo) possuem frequência superior aos de domicílios com rendimentos de ½ salário mínimo a menos de 2 salários mínimos.

Da disponibilidade de atividades, 90,2% dos alunos matriculados no mês de setembro receberam atividades escolares e 6,7% não receberam nenhuma atividade. Sendo que o percentual de alunos no Ceará que receberam atividades foi relativamente superior ao observado no Brasil (84,4%) e no Nordeste (78,9%). Além disso, os estudantes cearenses são os que mais realizam as atividades escolares que recebem.

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros casos do novo coronavírus (SARS-CoV-2), surgiram no território chinês na cidade Wuhan em dezembro de 2019. Apesar das medidas de restrição de viagens (entrada e saída da China), não demorou muito para que o vírus fosse registrado em outros países asiáticos, Europa e se espalhasse rapidamente para o resto do Mundo, esgotando os recursos dos sistemas de saúde e evoluído rapidamente para uma crise sanitária em vários países (AQUINO *et al*, 2020).

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), constituiu que o surto causado pelo coronavírus (COVID-19) tratava-se de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 passa a ser caracterizada como uma pandemia pela OMS¹.

O primeiro caso oficialmente confirmado pelo Ministério da Saúde no Brasil foi registrado na data de 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Em 17 de março o total de casos confirmados já somava 291 e a primeira morte por Covid-19 é registrada no país.

No Ceará, os primeiros casos confirmados foram registrado em 15 de março de 2020. No dia 16 de março o Governo do Estado decreta “situação de emergência em saúde no âmbito do Estado do Ceará, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19)” (Decreto Nº 33.510 de 16/03/2020). Em 19 de março, o Decreto Nº 33.519 suspende por 10 (dez) dias todas as atividades não essenciais, em todo o território estadual, e, como medida de enfrentamento ao vírus, estabelece o isolamento social para toda a população cearense.

A partir desta data, as atividades escolares presenciais foram suspensas em todas as instituições de ensino públicas e privadas no estado do Ceará. Essa ação teve por objetivo não apenas proteger crianças, adolescentes e jovens do contágio, mas também reduzir a propagação do vírus aos grupos mais vulneráveis a doença, haja visto que estudos apontam que os mais jovens podem ser vetores de transmissão, pois a grande maioria, ao entrar em contato com o vírus, pode não apresentar qualquer sintoma (assintomáticos), mas pode ser um vetor de transmissão a idosos e demais grupos de risco (PARK *et al*, 2020; DAVIES *et al*, 2020).

Embora alguns questionem a importância das medidas de combate à pandemia, como a restrição de circulação de pessoas, entre as experiências internacionais e nacionais, elas foram as mais plausíveis para o controle da Covid-19. Estudos mostram que a combinação de ações, como: isolamento dos casos, quarentena dos contatos domiciliares e medidas amplas de distanciamento

¹ (OPAS, 2020): <https://www.paho.org/pt/covid19>

social, principalmente aquelas que reduzem em pelo menos 60% os contatos sociais, têm o potencial de diminuir a transmissão da doença (AQUINO *et al*, 2020).

No entanto, ainda que o fechamento das escolas tenha sido necessário e essencial para o controle do vírus, não se pode ignorar os impactos negativos que a interrupção do processo de aprendizagem pode gerar na vida dos estudantes, principalmente daqueles de famílias mais vulneráveis e marginalizadas.

Uma das soluções para minimizar os efeitos da Covid-19 na educação é a substituição temporária das aulas presenciais por ensino remoto a distância. Mas para que essa política seja eficaz é necessário considerar as desigualdades de acesso aos meios de comunicação e tecnológicos, como também o nível socioeconômico das famílias desses alunos. O acesso à internet ainda representa uma limitação importante para a disseminação do Ensino a Distância (EaD) no estado do Ceará. De acordo com dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2018: Suplemento Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal, o percentual de domicílios com acesso à internet (Banda larga, 3G, 4G, etc.) dos alunos matriculados na rede pública de ensino era de 64,2%, no Ensino Fundamental 1 (EF1), 71% no Ensino Fundamental 2 (EF2) e de 80,9% do Ensino Médio (EM). Enquanto a proporção de alunos da rede privada era de 97,3%, 98,3% e 97,6%, no EF1, EF2 e EM, respectivamente. O tipo de equipamento de acesso, também, mostra uma grande disparidade entre alunos das escolas públicas e privadas. Enquanto apenas 15,6% dos estudantes do EF1, 19,6% do EF2 e 28,3% do EM da rede pública possuíam microcomputadores em casa, estes percentuais para estudantes da rede privada eram de 58,1% no EF1, 59,8% no EF2 e 72,3% no EM.

Neste contexto, este Informe tem por objetivo analisar o comportamento dos indicadores de frequência e a realização de atividades escolares da população em idade escolar no Ceará, por meio dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. A coleta PNAD COVID19 teve início em 4 de maio de 2020, mas apenas as bases a partir de Julho trazem informações relacionadas à frequência escolar da população de 6 a 29 anos de idade. O presente estudo contribui para o entendimento dos potenciais efeitos da pandemia sobre a educação no Ceará, e para a orientação de políticas públicas educacionais no período pós-pandemia.

Além desta introdução, o trabalho contém mais quatro seções. Na próxima seção analisa a frequência escolar da população de 6 a 29 anos de idade. A seção 3 analisa a disponibilidade de atividades escolares, enquanto na seção seguinte é analisada a frequência em que essas atividades são realizadas e, por fim, na última seção reporta as considerações finais.

2. FREQUÊNCIA ESCOLAR

O acesso de crianças e adolescentes à educação é um direito fundamental e está assegurado pela Constituição Federal do Brasil². No entanto, a crise gerada pelo novo coronavírus, impôs ao sistema educacional brasileiro novos desafios. No curto prazo, é de manter os alunos matriculados e com participação ativa nas aulas remotas (online) ou no ensino a distância. A base de dados PNAD COVID19 permite acompanhar este indicador no período da pandemia de julho a setembro. Vale salientar que não há a possibilidade de comparação dos indicadores apresentados neste estudo com respeito ao mesmo período no ano anterior (2019) em virtude da incompatibilidade estatística entre a PNAD Contínua e a PNAD COVID19.

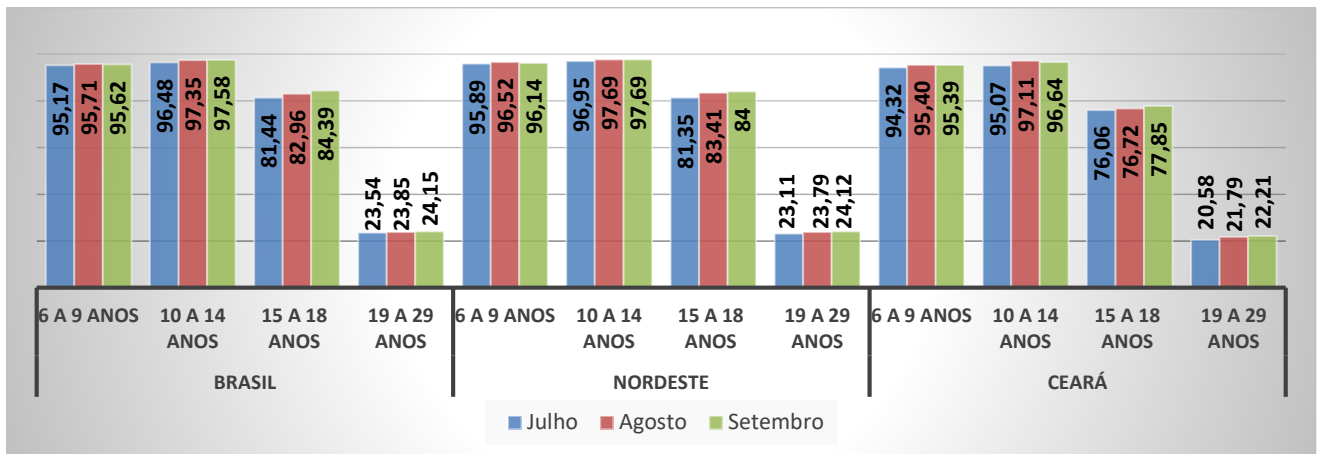
Inicialmente, é importante ressaltar que ao falar de frequência escolar, não estamos nos referindo à frequência presencial nas instituições de ensino, mas a alunos que estão matriculados e que de algum modo estão vinculado às redes de ensino. Assim, no Gráfico 1 apresenta-se a frequência escolar por faixa de idade dos alunos no cenário cearense, comparativamente ao Brasil e a região Nordeste. Na faixa etária de 6 a 9 anos de idade, a taxa de frequência tem permanecido praticamente estável no Brasil e no Nordeste, nos meses analisados, cerca de 95% e 96%, respectivamente. No Ceará, observa-se uma variação positiva maior, sendo a maior entre as regiões analisadas, saindo de 94,32%, em julho, para 95,39%, em setembro.

Em relação aos alunos com idades entre 10 e 14 anos, no Ceará houve uma variação positiva de 1,57 pontos percentuais (p.p.) entre julho e setembro, chegando à taxa de frequência de 96,64%. Na faixa etária de 15 a 18 anos de idade, a frequência escolar chegou a 84,39% no Brasil e 84% no Nordeste no mês de setembro, com variações de 2,95 e 2,65 p. p., respectivamente, em relação ao mês de julho. No Ceará, 77,85% dos adolescentes estavam matriculados ou de alguma forma ligados a alguma instituição escolar, em setembro. Considerando o período de análise, nota-se uma variação positiva de 1,57 pontos percentuais, inferior as das demais regiões analisadas.

Da mesma forma, em setembro, se observou na faixa etária de 19 a 29 anos de idade que 22,21% dos jovens cearenses estavam matriculados em alguma instituição de ensino, no Brasil e no Nordeste a proporção era de 24,15% e 24,12%, respectivamente.

² Constituição da República Federativa do Brasil (1998). Art. 205.

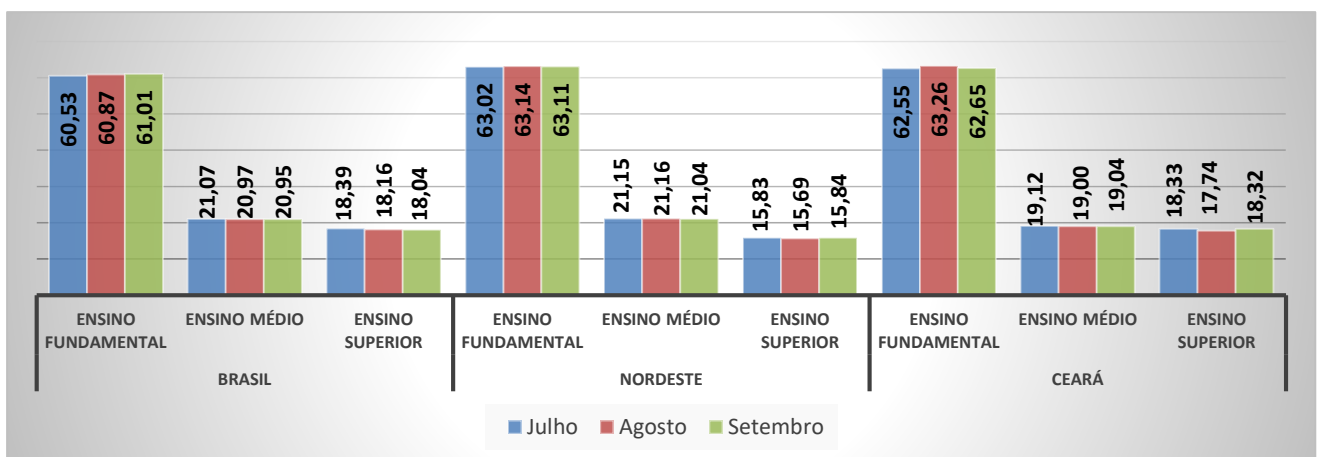
Gráfico 1: Percentual de pessoas que frequentavam escola por faixa etária (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – julho, agosto e setembro de 2020.



Fonte: IBGE/ PNAD COVID19– julho, agosto e setembro. Elaboração: IPECE.

Considerando o nível de instrução que frequentavam, entre a população de 6 a 29 anos de idade, no Brasil, no mês de setembro, 61,01% frequentavam o ensino fundamental, 20,95% o ensino médio e 18,04% o ensino superior. No Nordeste a distribuição se dava do seguinte modo: 63,11% o ensino fundamental, 21,04% o ensino médio e 15,84% o ensino superior. E no Ceará, entre os que frequentavam, 62,65% estavam matriculados no ensino fundamental, 19,04% no ensino médio e 18,32% no ensino superior (vide Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição de pessoas que frequentavam escola (6 a 29 anos de idade) por nível de escolaridade (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – julho, agosto e setembro de 2020.



Fonte: IBGE/ PNAD COVID19– julho, agosto e setembro. Elaboração: IPECE.

A frequência escolar, considerando a renda domiciliar *per capita*, classificadas pelas frações do salário mínimo – SM é analisada na Tabela 1. As maiores frequências da população de 6 a 29 anos de idade é observada entre aqueles que residem em domicílios com rendimentos *per capita* superior a quatro SM, em setembro, chegou a 67,21%, 73,33% e 71,57, no Brasil, Nordeste e Ceará,

respectivamente. As menores frequências são observadas na faixa de rendimentos de 1 a menos de 2 SM, 52,99% no Brasil, 53,32% no Nordeste e 53,25 no Ceará, no mês de setembro.

Tabela 1: Percentual de pessoas que frequentavam escola (6 a 29 anos de idade) por classes de rendimentos domiciliar *per capita* (em %) –Brasil, Nordeste Ceará – julho, agosto e setembro de 2020.

Abrangência Territorial	Faixa de rendimentos	Julho	Agosto	Setembro
Brasil	<i>Menos de 1/2 salário mínimo</i>	64,24	65,19	65,93
	<i>1/2 a menos de 1 salário mínimo</i>	57,03	57,75	58,22
	<i>1 a menos de 2 salários mínimos</i>	51,83	52,97	52,99
	<i>2 a menos de 4 salários mínimos</i>	60,23	59,81	60,51
	<i>4 ou mais salários mínimos</i>	65,50	65,58	67,21
Nordeste	<i>Menos de 1/2 salário mínimo</i>	63,35	64,50	65,06
	<i>1/2 a menos de 1 salário mínimo</i>	55,83	56,67	56,53
	<i>1 a menos de 2 salários mínimos</i>	51,98	53,22	53,32
	<i>2 a menos de 4 salários mínimos</i>	68,07	68,15	69,20
	<i>4 ou mais salários mínimos</i>	71,98	75,92	73,33
Ceará	<i>Menos de 1/2 salário mínimo</i>	56,96	59,00	60,33
	<i>1/2 a menos de 1 salário mínimo</i>	53,17	55,17	53,25
	<i>1 a menos de 2 salários mínimos</i>	52,04	52,43	53,63
	<i>2 a menos de 4 salários mínimos</i>	66,16	60,65	67,04
	<i>4 ou mais salários mínimos</i>	73,86	71,06	71,57

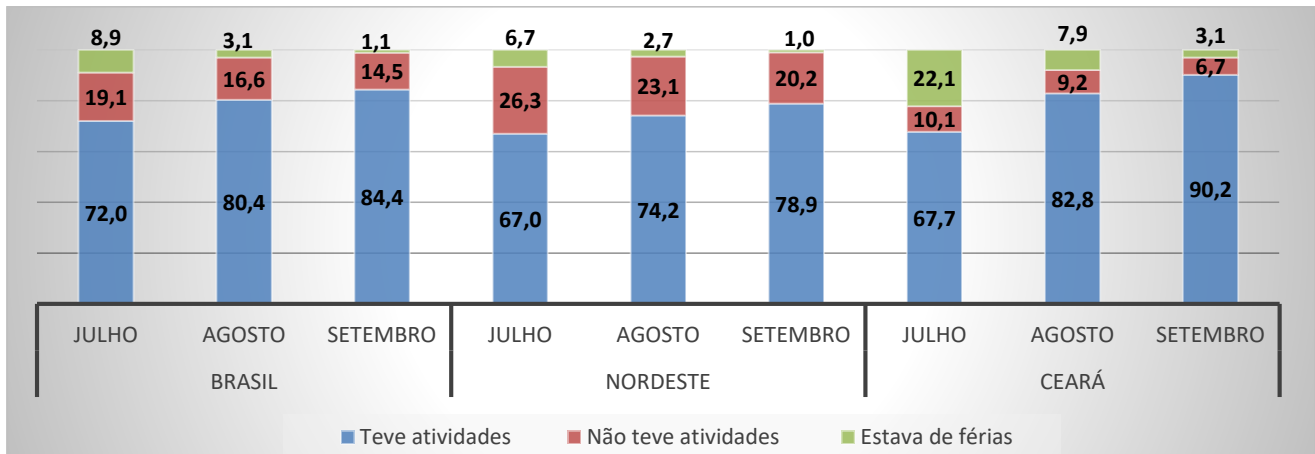
Fonte: IBGE/ PNAD COVID19 – julho, agosto e setembro. Elaboração: IPECE.

3. DISPONIBILIDADE DE ATIVIDADES ESCOLARES

O Gráfico 3 apresenta a distribuição da população de 6 a 29 anos de idade, que frequentavam escola ou universidade, que tiveram disponibilidade e acesso a atividades escolares nos meses de julho a setembro. A pergunta realizada pelo IBGE é a seguinte: “*Na semana passada, foram disponibilizadas atividades escolares para realizar em casa?*”.

No Ceará, dos alunos matriculados no mês de julho, 67,7% receberam atividades, 10,1% não receberam e 22,1% não receberam porque estavam de férias. Nesse período, se iniciava o processo de retorno responsável da atividade econômica no Ceará. No mês de setembro, 90,2% receberam, 6,7% não receberam nenhuma atividade e 3,1% encontravam-se de férias. Percebe-se que o percentual de alunos no Ceará que recebem atividades foi relativamente superior ao Brasil (84,4%) e ao Nordeste (78,9%), no mês de setembro.

Gráfico 3: Distribuição de pessoas (6 a 29 anos de idade) que frequentam a escola, segundo ter disponível atividades escolares para realizar (em %) –Brasil, Nordeste Ceará – julho, agosto e setembro de 2020.



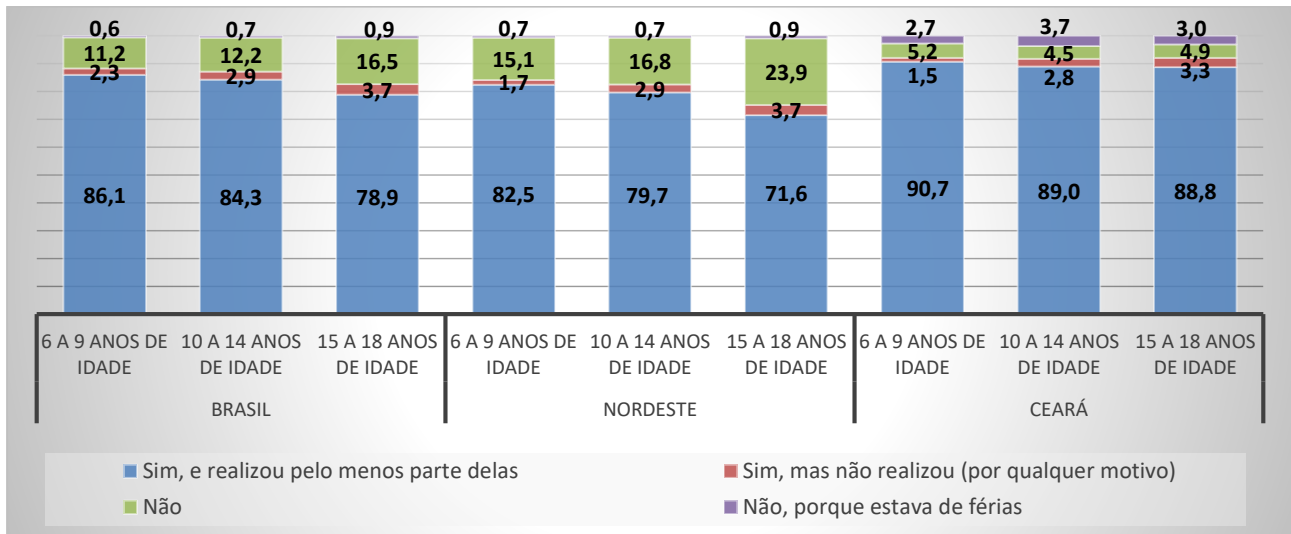
Fonte: IBGE/ PNAD COVID19– julho, agosto e setembro. Elaboração: IPECE.

Analisando o acesso às atividades escolares, no mês de setembro, sob o recortes de idades, novamente, nota-se que entre os alunos cearenses, é maior a proporção que tem acesso e que realizaram as atividades escolares. A maior proporção é observada entre os alunos de 6 a 9 anos de idade. No referido mês, 90,7% dos alunos cearenses receberam e realizaram pelo menos em parte essas atividades, 1,5% recebeu, mas não realizou, 5,2% não recebeu e 2,7% estavam de férias. No Brasil, para essa faixa de idade a distribuição se deu do seguinte modo: 86,1% receberam e realizaram, 2,3% recebeu, mas não realizou, 11% não recebeu e menos de 1% estavam de férias. No Nordeste, registrou-se a maior proporção dos que não receberam atividades, cerca de 15%, 82,5% recebeu e realizou, 1,7% recebeu e não realizou e 0,7% estava de férias.

Dos 10 a 14 anos de idade, 84,3%, 79,7% e 89,0% no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, receberam atividades e realizaram pelo menos parte delas; aqueles que receberam, mas não realizaram foram: 2,9% no Brasil e Nordeste e 2,8% no Ceará; e, não recebeu nenhuma atividade, foram: 12,2 % no Brasil, 16,8% no Nordeste e no Ceará uma proporção bem menor, 4,5%.

Entre os adolescentes, de 15 a 18 anos de idade, 78,9%, 71,6% e 88,8% dos alunos receberam e realizaram as atividades, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. Destaca-se a diferença do Ceará em relação as demais regiões, com 10 p.p acima do observado no Brasil e 17 p.p. do Nordeste. Nota-se que uma proporção significativa dos alunos nordestinos não tiveram acesso a nenhuma atividade escolar no mês de setembro, cerca de 24%. Enquanto, no Brasil o percentual que não teve acesso a atividades escolares foi de 16,5%, esse valor no Ceará foi abaixo de 5%. Essa evidência demonstra que o esforço realizado no Ceará foi superior aos das demais unidades da federação para se evitar uma queda brusca de frequência escolar durante a pandemia.

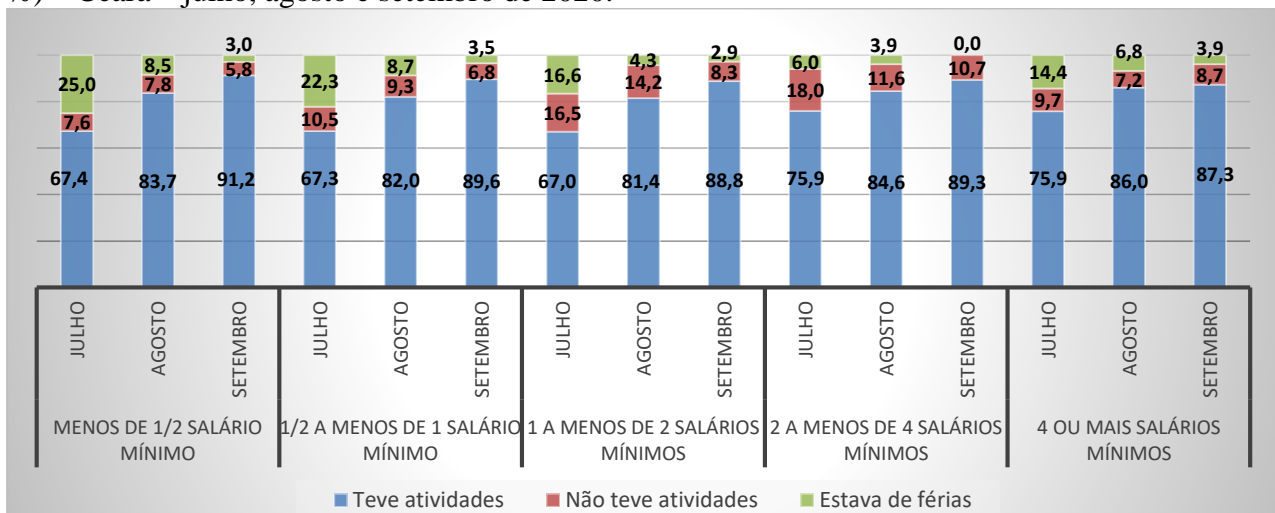
Gráfico 4: Percentual de pessoas frequentavam escola segundo a disponibilização de atividades escolares e realização de tarefas, por faixa de idade (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – Setembro de 2020.



Fonte: IBGE/ PNAD COVID19– setembro. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5 apresenta o percentual de pessoas que frequentavam escola ou faculdade segundo a disponibilização de atividades escolares por classes de rendimentos domiciliar *per capita* no Ceará. É interessante notar a evolução positiva na classe de rendimentos domiciliar *per capita* de menos 1/2 de SM, quando o percentual de alunos que recebiam atividades escolares, cresceu de 67,4% para 91,2% entre julho e setembro. Grande parte desse crescimento pode estar relacionado ao retorno às aulas, haja visto que em julho, 25% dos alunos se encontravam de férias. Mas, o que chama a atenção é que nessa classe de renda foi onde ocorreu a menor proporção de alunos que não receberam atividades, 5,8% em setembro. A classe de rendimentos domiciliar *per capita* de 2 a menos de 4 SM foi a que registrou a maior proporção de alunos que não receberam atividades, 10,7%.

Gráfico 5: Percentual de pessoas (6 a 29 anos) que frequentavam escola segundo a disponibilização de atividades escolares e realização de tarefas por classes de rendimentos domiciliar *per capita* (em %) – Ceará – julho, agosto e setembro de 2020.



Fonte: IBGE/ PNAD COVID19– julho, agosto e setembro. Elaboração: IPECE.

4. TEMPO DEDICADO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES

O IBGE também perguntou aos alunos que estavam matriculados em escolas ou faculdades quanto tempo eles dedicavam às atividades escolares, em dias da semana e horas por dia. Inicialmente, no Gráfico 6, apresenta-se a distribuição da frequência, em dias/por semana segundo grupos de idades, daqueles que recebiam atividades escolares. Nota-se que de julho para setembro, houve um aumento da proporção de alunos que dedicavam mais de 5 dias da semana às atividades escolares, o que seria o ideal, haja visto que o calendário escolar é “*composto de uma carga horária mínima anual de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias letivos*”³.

Com o objetivo de reorganizar o calendário escolar foi sancionada a *Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020*⁴, que dispensa o cumprimento mínimo dos dias de efetivos (200 dias), mas as escolas devem cumprir a carga horária mínima anual de oitocentas horas (800 horas), *sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem*⁵.

No caso do Ceará, grande parte dessa carga horária tem sido cumprida pela oferta de atividades não presenciais pelas diferentes redes de ensino. Contudo, o *Decreto Nº33.671, de 11 de julho de 2020*, permitiu que algumas turmas da rede privada voltassem as atividades, entre elas, da educação infantil. Enquanto o *Decreto Nº 33.742 de 20 de setembro de 2020*, permitiu a retomada das aulas das turmas do 1º, 2º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, desde que fossem respeitadas todas as normas sanitárias de combate ao coronavírus. E mais recentemente, o *Decreto Nº33.783, de 25 de outubro de 2020*, permitiu a retomada das aulas de todas as turmas do ensino fundamental e ampliação do atendimento das turmas que já haviam sido liberadas.

Analisando os dados levantados pelo IBGE até o mês de setembro, a proporção de crianças de 6 a 9 anos de idade no Ceará que dedicava 5 dias da semana para atividades, passou de 74,7% para 81,4%, por sua vez, caiu a proporção de crianças que não dedicavam nenhum dia, de 2,9% para 1,6%, entre julho e setembro.

Enquanto que entre os alunos de 10 a 14 anos, a proporção que dedicavam 5 dias da semana passou de 74,1%, para 79,3% entre julho e setembro e dos que não dedicavam nenhum dia, caiu de 5% para 3,1%. Os alunos de 15 a 18 anos, são os que menos dedicam tempo aos estudos, por outro lado, foi o grupo que apresentou a maior evolução entre julho e setembro. Aqueles que dedicam até

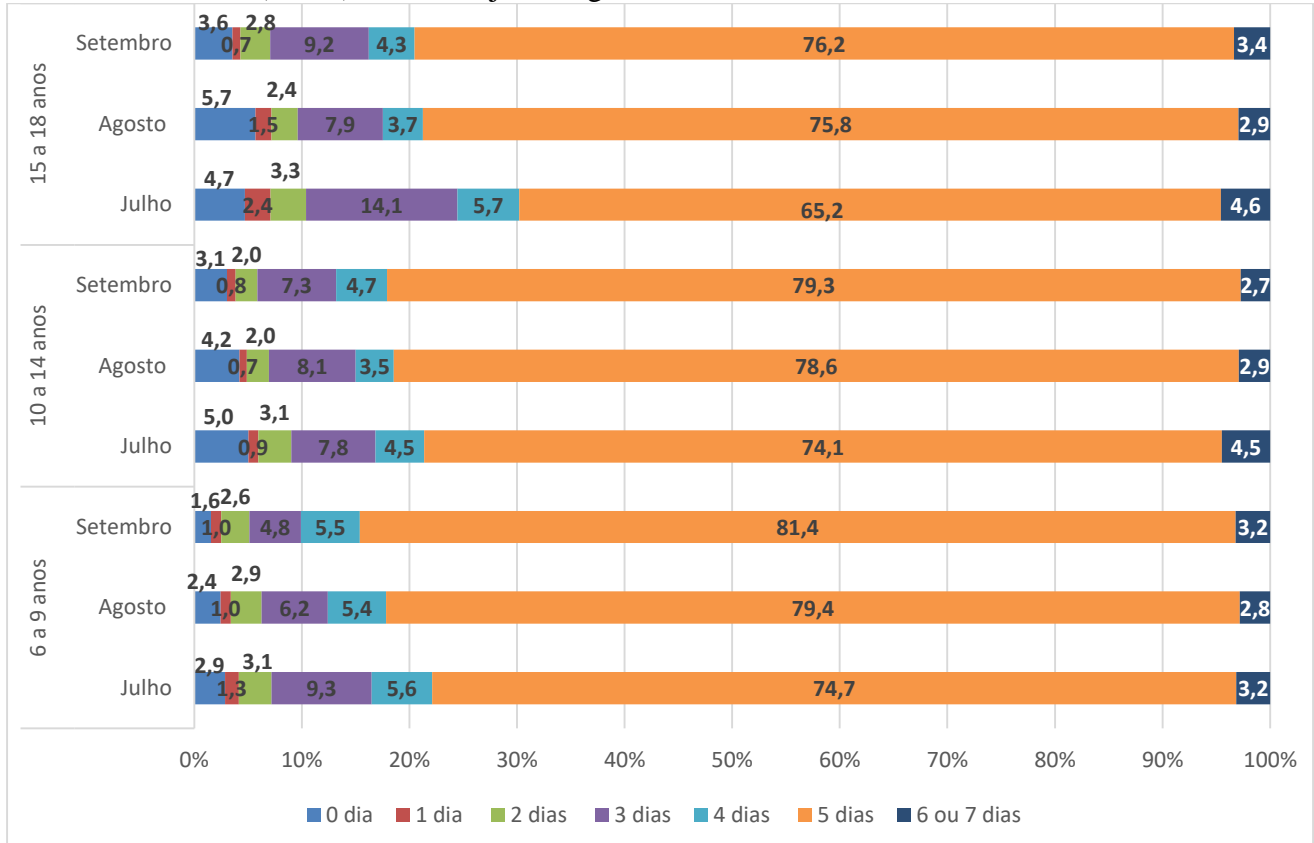
³ Inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

⁴ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-0-250710591>

⁵ Convertida na Lei nº 14.040/20 (<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>)

5 dias da semanas para as atividades escolares cresceu 11 p.p, saindo de 65,2% para 76,2%. E os que não dedicavam nenhum dia, caiu de 4,7% para 3,6%.

Gráfico 6: Distribuição da frequência, em dias/por semana, por grupo de idade que recebiam atividade escolares (em %) – Ceará – julho, agosto e setembro de 2020

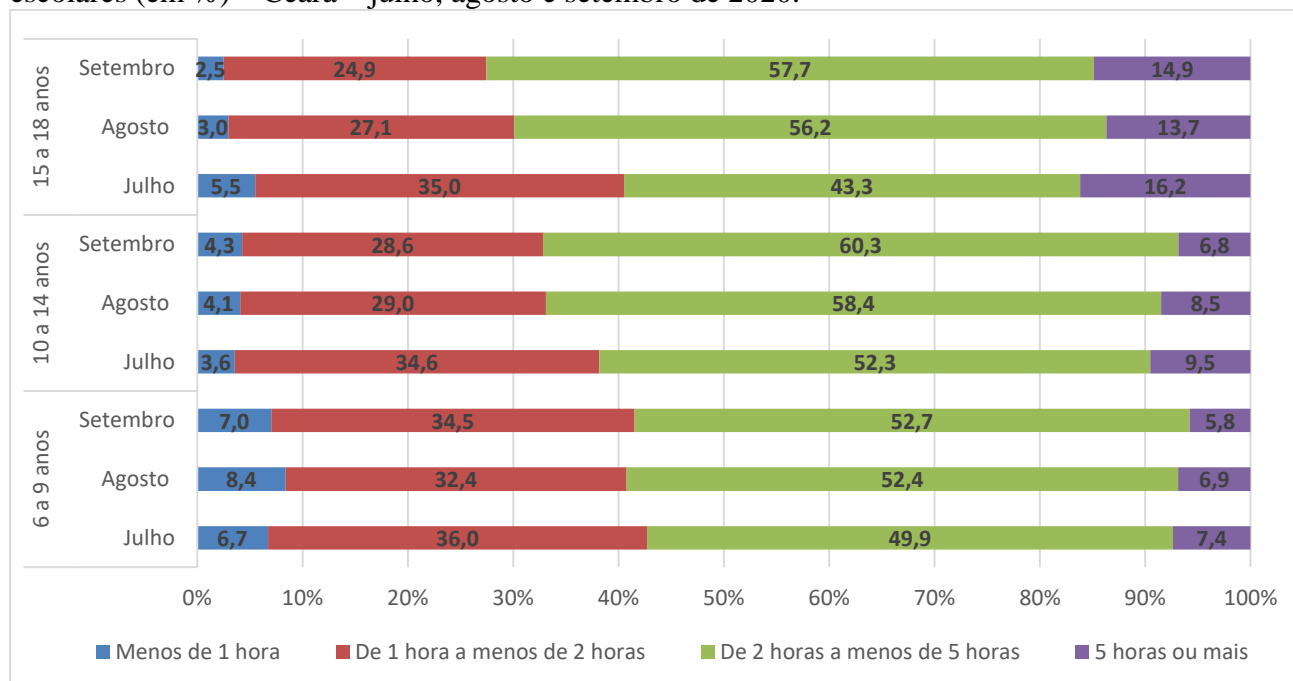


Fonte: IBGE/ PNAD COVID19– julho, agosto e setembro. Elaboração: IPECE.

Em relação a quantas horas por dia esses alunos dedicam às atividades, nota-se no Gráfico 7 que os alunos mais velhos são os que mais passam tempo estudando. Em setembro, 57,7% dos alunos de 15 a 18 anos de idade dedicavam de 2 a menos de 5 horas em atividade escolares e 14,9% 5 horas ou mais. Entre os alunos de 10 a 14 anos, 60,3% dedicavam de 2 a menos de 5 horas e 6,85 mais de 5 horas diárias. Enquanto dos alunos de 6 a 9 anos, 52,7% dedicavam de 2 a menos de 5 horas e 5,8% mais de 5 horas.

Na faixa dos que dedicam de uma a menos de duas horas, no mês de setembro, os valores foram: de 24,9% entre os adolescentes de 15 a 18 anos, 28,6% no grupo de 10 a 14 anos e de 34,5% entre as crianças de 6 a 9 anos de idade.

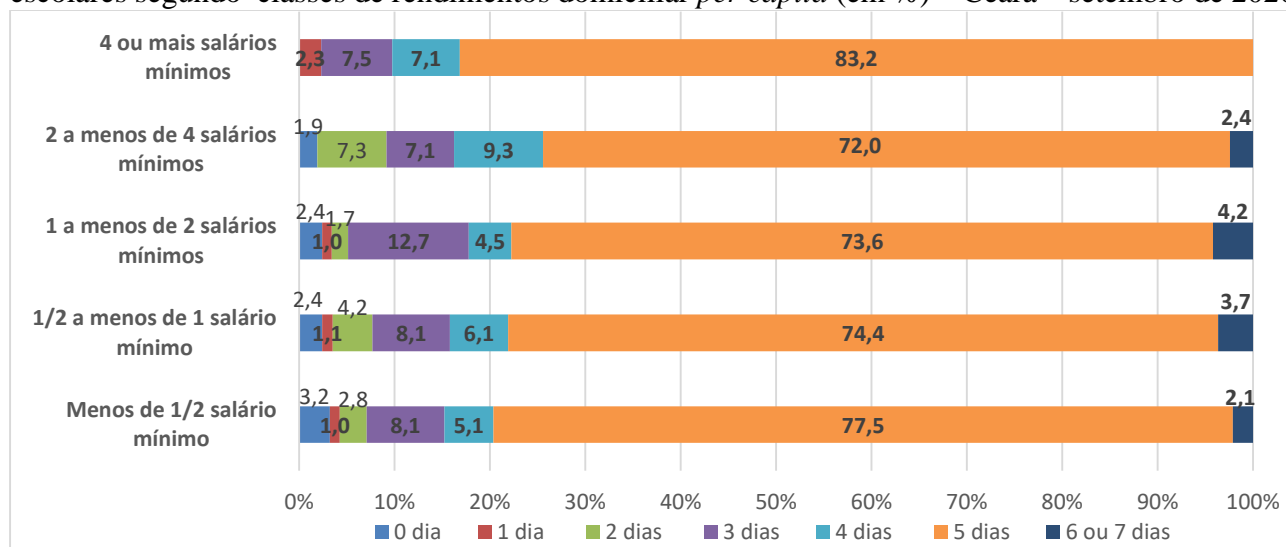
Gráfico 7: Distribuição da frequência, em horas/dias, por grupo de idade que recebiam atividade escolares (em %) – Ceará – julho, agosto e setembro de 2020.



Fonte: IBGE/ PNAD COVID19– julho, agosto e setembro. Elaboração: IPECE.

Considerando a distribuição da frequência escolar dos alunos cearenses em dias da semana, segundo as classes de rendimentos domiciliar *per capita*, no mês de setembro, nota-se que os alunos das classes de rendimentos de mais de 4 SM são os que mais dedicam tempo aos estudos, 83,2% estudam 5 dias por semana. O segundo grupo com mais dias em atividades escolares são os alunos que residem em domicílios de menos de ½ SM (77,5%, fazem atividades em 5 dias da semana e 2,1%, de 6 a 7 dias). E os que dedicam menos tempo são os alunos da classe de rendimentos de 2 a menos de 4 SM

Gráfico 8: Distribuição da frequência, em dias/por semana dos alunos que recebiam atividades escolares segundo classes de rendimentos domiciliar *per capita* (em %) – Ceará – setembro de 2020



Fonte: IBGE/ PNAD COVID19 – setembro 2020. Elaboração: IPECE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Informe teve por objetivo apresentar os resultados dos indicadores de educação captados pela PNAD COVID 19 realizada pelo IBGE nos meses de julho, agosto e setembro de 2020. As evidências contribuem para uma melhor compreensão dos efeitos da pandemia sobre a educação das crianças e jovens cearenses, e poderão subsidiar o desenho de políticas públicas educacionais no período pós-pandemia.

Dos resultados encontrados, em relação à frequência escolar, percebeu-se um aumento do percentual da população de 6 a 29 anos de idade que frequentavam alguma instituição de ensino entre os meses de julho e setembro, no Brasil, Nordeste e Ceará. Considerando a frequência escolar por faixa etária, no Ceará, a maior frequência é entre a população de 10 a 14 anos de idade, em setembro, 96,6% dessa população estavam na escola. Por faixa de rendimentos domiciliar *per capita*, aqueles que residem em domicílios com rendimentos superiores a 4 salários mínimos são os que possuem maior taxa de frequência escolar, mas notou-se que aqueles que residem em domicílios com menores rendimentos (menos de ½ salário mínimo) possuem frequência superior aos de domicílios com rendimentos na faixa de ½ salário mínimo a menos 2 salários mínimos. Visto que esse grupo socioeconômico é público alvo de programas assistenciais e da educação pública no Ceará, é fundamental uma maior atenção dos gestores públicos no atendimento de suas demandas no período pós-pandemia. Caso contrário, há um risco de ampliação do diferencial educacional entre ricos e pobres no Ceará por conta da pandemia do novo coronavírus.

Da disponibilidade de atividades, 90,2% dos alunos matriculados no mês de setembro receberam atividades escolares e 6,7% não receberam nenhuma atividade. Sendo que o percentual de alunos no Ceará que receberam atividades foi relativamente superior ao observado no Brasil (84,4%) e no Nordeste (78,9%). Os estudantes cearenses são os que mais realizam as atividades escolares que recebem.

Do tempo dedicado às atividades escolares, no Ceará, no mês de setembro, 84,5%, 82,1% e 79,5% dos alunos de 6 a 9 anos, 10 a 14 anos e de 15 a 18 anos, respectivamente, dedicavam mais de 5 dias da semana a atividades escolares. E, 52,7% das crianças de 6 a 9 anos, 60,3% na faixa de 10 a 14 anos e 57,7% dos de 15 a 18 anos, dedicavam de 2 a 5 horas por dia aos estudos.

Ainda são limitadas as informações sobre os riscos de infecção do coronavírus no ambiente escolar, o que tem gerado calorosos debates sobre a reabertura das escolas, sendo puxado principalmente pela rede privada de ensino no Brasil. Se por um lado, a reabertura representa um risco para os alunos, professores e funcionários que podem adoecer ou disseminar a doença para

outros ambientes. Por outro, manter as escolas fechadas também pode gerar prejuízos na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo das crianças; tornar mais difícil para muitos a obtenção dos alimentos de que precisam; e dificultar o acesso ao mercado de trabalho dos pais - especialmente as mães, de quem muitas vezes se espera que lidem com uma quantidade desproporcional de tarefas, além de cuidar dos filhos.

Diante deste cenário, a maioria das Unidades Federativas do Brasil optaram por manter as suas escolas fechadas, com algumas exceções. No caso do Ceará, apenas a rede privada de ensino teve o retorno presencial (em etapas e atendendo a protocolos sanitários rigorosos). Para atender os alunos da rede pública de baixa renda que não têm acesso à internet, o Governo do Ceará tem distribuído chips de dados de internet móvel para que estes possam ter acesso às aulas e atividades online.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L.; SILVEIRA, I. H. PESCARINI, J. M. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** vol.25 supl.1 Rio de Janeiro Epub. June 05, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Acesso em: 10/09/2020.

DAVIES, N.G.; KLEPAC, P.; LIU, Y. *et al.* Age-dependent effects in the transmission and control of COVID-19 epidemics. **Nature Medicine**. 26, 1205–1211 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0962-9>. Acesso em: 19/11/2020.

PARK, Y.; CHOE, Y.; PARK, O. *et al.* Contact Tracing during Coronavirus Disease Outbreak, South Korea, 2020. **Emerging Infectious Diseases**. 2020; 26(10):2465-2468. Disponível em: [doi:10.3201/eid2610.201315](https://doi.org/10.3201/eid2610.201315). Acesso em: 19/11/2020.